

Quarta, 23 de setembro de 2009

Dia Nacional de Luta pela Revisão Salarial e pelo Plano de Carreira

O Sisejufe entregou ao presidente do STF e do CNJ, ministro Gilmar Mendes, ofício em que solicita o envio imediato do anteprojeto de revisão salarial da categoria ao Congresso Nacional. No documento, entregue a Mendes durante a cerimônia de encerramento da Semana Nacional da Conciliação Meta 2, na manhã de sexta, 18 de setembro, no Centro Cultural Justiça Federal, o sindicato propõe diversas alterações na proposta de revisão salarial dos Diretores Gerais dos Tribunais Superiores e Conselhos. Conheça as propostas do Sisejufe:

* Garantir a revisão salarial e o envio imediato do projeto ao Congresso Nacional;

* Incluir artigo no PL prevendo a criação do Conselho Consultivo, que terá a responsabilidade de elaborar um novo plano de carreira;

* Garantir a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas;

* Suprimir o art. 6º da proposta dos DGs;

* Alterar o art. 2º que cria a Gratificação de Gestão de Processos de Trabalho – GPT, para que o seu percentual incida sobre o último padrão de vencimento do cargo de analista judiciário, para todos os cargos;

* Suprimir o parágrafo único do art. 2º para garantir a GPT aos agentes de segurança;

* Diminuir a diferença salarial atual entre os cargos – auxiliares, técnicos e analistas;

* Priorizar o incremento no vencimento básico em relação a gratificações;

* Garantir o reenquadramento dos auxiliares judiciários;

* Criar os cargos de Oficial de Justiça Avaliador Federal, Agentes e Inspetor de Segurança.

**Ato público com indicativo de paralisação
das 11h às 14h
TRT (Lavrado)**

**Reunião Ampliada da Fenajufe,
do dia 12 de setembro,
mantém decisão da ampliada
anterior e vai forçar envio
imediato do projeto ao Congresso**

A Direção Executiva da Fenajufe decidiu manter a decisão da última plenária ampliada deliberativa e forçar o envio imediato do nosso projeto de aumento ao Congresso. A direção debateu exaustivamente os problemas de envio e da proposta. O primeiro problema é de restrição da LDO, que colocava a data de 31 de agosto como limite para o envio de novo projeto de aumento salarial. Neste diapasão, a alternativa é o apensamento ao PL 319, o que, através de um acordo com o Executivo, Legislativo e Judiciário, nos daria condições de, com dotação orçamentária suplementar, enviar, ainda este ano, o projeto ao Congresso, com perspectivas de, com uma grande greve, aprová-lo no ano que vem. O fato de já ter sido aumentado o subsídio, é uma preocupação a menos, já que havia uma resistência de alguns ministros de enviar o projeto sem que antes os magistrados houvessem garantido o seu projeto.

**Oposição não aceita acordo
e se posiciona contra envio
de proposta**

A oposição Luta Fenajufe se posicionou CONTRA O ENVIO DA PROPOSTA. A proposta da oposição de não envio imediato, com um pedido de retorno a uma mesa de negociação que foi fechada, não existe mais, INVIABILIZARIA O PROJETO! A Comissão Interdisciplinar não existe mais, foi extinta em 31 de agosto, e o diretor-geral do STF deixou claro que chegou no limite da negociação. Se não conseguirmos o envio imediato do projeto, para negociar as mudanças no Congresso, perderemos a possibilidade de negociar isto durante o fim deste ano, o início do ano que vem até as eleições e assim, o projeto só iria na próxima legislatura, com proposta de aprovação apenas em 2012, ou 2013. Ou seja, 0% de aumento em 2009, 2010, 2011, 2012, causando grande perda inflacionária. A hora é de mobilização total e crescente, com indicativo de greve, caso o projeto não seja enviado já, para garantir o aumento ainda este ano. Toda a luta, rumo à paralisação pelo envio imediato do projeto.

Mais informações em sisejufe.org.br

23 de setembro de 2009

Dia Nacional de Mobilização pelo reajuste salarial

Ato público com indicativo de paralisação

**das 11h às 14h
TRT (Lavrado)**

CNJ de Gilmar Mendes passa por cima de direito dos servidores

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na condução conservadora do Gilmar Mendes, atropela o direito dos servidores. É um acintoso que, em pleno corte no auxílio-alimentação, o CNJ envie dotação orçamentária suplementar e ordem de pagamento para o adicional de tempo dos magistrados sem que sequer tenha havido votação da dotação orçamentária suplementar para pagamento dos valores cortados do benefícios dos servidores.

Na nota enviada aos TRT's há uma total insensibilidade. Em meio à revolta de servidores com auxílio-alimentação cortado, o CNJ finge não saber que, por exemplo, o TRT do Rio sequer pagou o principal da URV, e

ordena que nenhum valor de passivo seja pago enquanto não se pague todo o valor do adicional de tempo de serviço para os magistrados. Sabemos que, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), não é possível desviar esta verba para pagamento dos servidores, mas fica claro o total desinteresse do CNJ, na gestão Gilmar Mendes, em quitar dívidas com os servidores. Chega a ser absurdo pagar altos valores de passivos a magistrados, em meio à crise gerada pelo corte do auxílio-alimentação.

O Sisejufe vai acompanhar a votação da dotação orçamentária suplementar para satisfação dos passivos referentes ao auxílio-alimentação. A tendência é que seja aprovado na comissão e vá

para uma votação imediata no plenário do Congresso. Ainda que esta tramitação resolva a questão do passivo do auxílio-alimentação, não podemos deixar passar em branco este tipo de atitude! Uma atitude de privilégio e despreocupação com o interesse dos servidores.

O Sisejufe convoca a todos os servidores da Justiça do Trabalho para o ato público com indicativo de paralisação no dia 23 de setembro, das 11h às 14h, no TRT da Lavradio. Vamos protestar contra o privilégio dos juízes, pressionar para a votação imediata da dotação orçamentária suplementar e apoiar o envio imediato do nosso projeto ao Congresso.